

ARTIGO

RENTISMO E CRISE

Resumo:

A crise que hoje atormenta a Venezuela repercute no intenso deslocamento forçado de pessoas que se testemunha e em um Estado que implode. Porém, tão importante quanto avaliar as repercussões da crise é identificar as causas estruturais da mesma. Com este intuito, neste artigo abordaremos a interface entre rentismo e crise na Venezuela, com o objetivo de contribuir para um esforço de compreensão mais longitudinal, capaz de contemplar as continuidades e rupturas concernentes ao funcionamento do Estado e da economia venezuelanos contidas no quadro da crise atual, por meio de uma análise pautada na revisão bibliográfica das produções que discutem a história venezuelana. Para isso percorremos três momentos distintos da história venezuelana: a ascensão e queda do pacto de *Punto Fijo*; a Venezuela sob Chávez; e a Venezuela pós-Chávez. Ao final, argumentamos que a crise atual trata-se de uma crise oriunda das tecnologias rentistas não superadas pelo projeto bolivarianista.

Palavras-chave: Rentismo; Crise Venezuelana; Bolivarianismo.

Abstract:

*The crisis that currently torments Venezuela has repercussions on the intense forced displacement which is now witnessed, and in a State that is clearly imploding. However, as important as to assess the repercussions of the crisis is to identify the structural causes of it. With this in mind, in this paper, we will address the interface between rentism and crisis in Venezuela, willing to contribute to a more longitudinal understanding effort, capable of contemplating the continuities and ruptures concerning the functioning of the Venezuelan State and economy, contained in the current crisis context, through an analysis guided by a bibliographic review of the productions that discuss Venezuelan history. For this, we went through three distinct moments in Venezuelan history: the rise and fall of the *Punto Fijo* pact; Venezuela under Chavez; and post-Chavez Venezuela. In the end, we argue that the current crisis is a crisis that arose from rentier technologies that were not overcome by the Bolivarian project.*

Keywords: *Rentism; Venezuelan Crisis; Bolivarianism.*

* Professor do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR) e do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

1. A Venezuela antes do chavismo: uma crise enraizada

A Venezuela é um país historicamente assentado sobre o rentismo do petróleo. Qualquer análise minimamente responsável a respeito da vida política do país e de suas sucessivas crises de governabilidade, desde a consagração do pacto de *Punto Fijo* em 1958, devem levar isso em consideração (VILLA, 2005). O petróleo é um elemento estrutural na conformação e funcionamento do Estado venezuelano. A renda petroleira foi tão determinante na consolidação do Estado nacional, em detrimento da estrutura política caudilhesca existente na Venezuela antes disso (MOREIRA, 2018), que existe até um conceito voltado para explicar essa relação: “Estado mágico”. Formulado pelo antropólogo venezuelano Fernando Coronil (1999), o conceito expõe a natureza simbiótica entre aqueles envolvidos na disputa de poder na Venezuela e a renda advinda da produção petrolífera, desde pelo menos a década de 1920. O “Estado mágico” é aquele que consegue converter os recursos brutos da terra em riqueza material para aqueles que se apropriam do Estado.

Essa peculiaridade advinda da abundância de petróleo fez com que a Venezuela, diferente de seus vizinhos, detivesse uma fonte natural robusta de dólares, na medida em que o recurso é desde o século passado “o principal motor do modelo de industrialização mundial” (MOREIRA, 2018); mas, ao mesmo tempo, também fez com que o país se tornasse mais vulnerável às flutuações cambiais (SALMERÓN, 2013).

Isto posto, tornam-se mais claras as tendências que orientaram as disputas políticas no interior do país: a conquista do Estado equivale a apropriação do excedente petrolífero, a despeito dos receios reais de forças políticas bem posicionadas no debate sobre os riscos advindos desse modelo (LIMA, 2014). Juan Pablo Pérez Alfonso, importante diplomata venezuelano e primeira pessoa a presidir a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP ainda na década de 1970, prenunciou: “o petróleo nos trará a ruína. É o excremento do diabo. Estamos todos afundados no excremento do diabo” (BEATTIE, 2009).

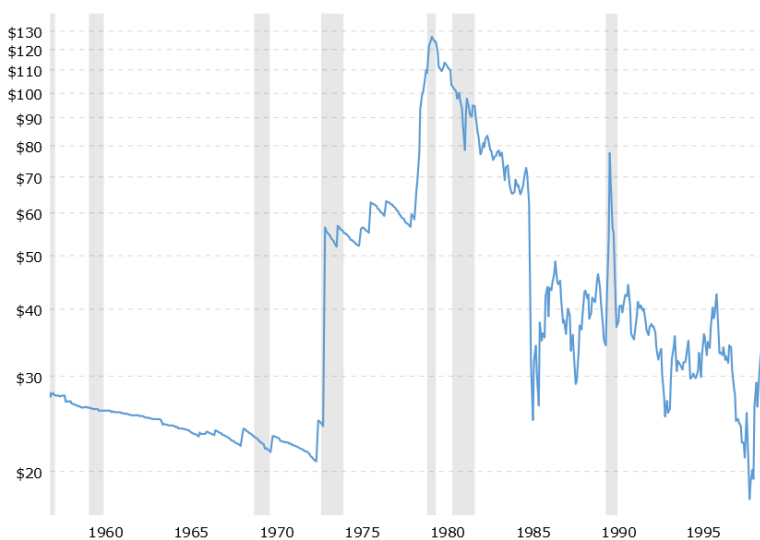
Recursos naturais em abundância não necessariamente se convertem em desenvolvimento para o país detentor desses recursos, como sugere a Teoria da Maldição dos Recursos. Em síntese, a Teoria da Maldição dos Recursos – ou *Resource Curse Theory* no original (NRGI, 2015) – postula que o excesso de um determinado recurso natural possui implicações de ordem política e econômica, no geral, negativas.

Ao considerar o princípio de que os agentes econômicos respondem a estímulos, isso se torna mais evidente. Como explica Lima (2011), em países em desenvolvimento,

comumente frágeis institucionalmente, as receitas elevadas oriundas da exploração de um determinado recurso abundante e valioso geralmente acabam se traduzindo em incentivos ao desperdício, à má gestão, à falta de transparência, e conseqüentemente à corrupção por parte dos agentes públicos, bem como a um baixo incentivo à diversificação produtiva, logo a um baixo índice de desenvolvimento econômico e a altos índices de dependência econômica do recurso em específico, entre outras coisas.

Vale destacar que esta “maldição” acaba por não amaldiçoar a todos. Beattie (2010) nos dá um bom exemplo ao mencionar o caso de Botsuana, que mesmo com suas imensas reservas de diamantes, soube gerenciar este recurso e resguardá-lo sob um bom nível de estabilidade institucional. Porém ao tratar de Venezuela não seria absurdo afirmar que o país não figura entre as exceções. Ao se observar *vis-à-vis* os períodos de crise de governabilidade e os períodos de intensa depreciação dos preços do petróleo bruto no mercado internacional, constata-se uma correspondência. É nesta correspondência que se expressam com mais nitidez as características de ineficiência e de corrupção existentes no sistema.

Tabela 1 — Preços internacionais do barril do petróleo correspondente ao período histórico do *puntofijismo* (1958 – 1999).



Fonte: Macrotrends.

A ascensão e queda do modelo *puntofijista*, cuja deterioração viabilizou a ascensão de Chávez ao poder, possuiu uma relação direta com a renda advinda da indústria petrolífera venezuelana. O Pacto de *Punto Fijo* foi um amplo arranjo político iniciado em 31 de outubro de 1958, com o fim da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, articulado pelos principais partidos do país, a Ação Democrática – AC e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente – COPEI, destinado a garantir a estabilidade política venezuelana por meio de uma alternância consentida entre ambos, sob a concordância do respeito às regras do jogo democrático.

Suas bases consistiram em um sistema partidário altamente institucionalizado liderado por indivíduos provenientes principalmente das classes médias urbanas (VILLA, 2005) e inscrito em um modelo de democracia representativa. O pacto instituiu regras de competição e sucessão de poder capazes de evitar grandes quebras de expectativa e perpassando as elites políticas, empresariais, militares e religiosas, tal como forças populares. Ficaram excluídos os atores vistos pelos arquitetos do modelo como desestabilizadores em potencial, leia-se: os partidos de esquerda radical, como o Partido Comunista Venezuelano que foi colocado na ilegalidade. Deste modo, viabilizou-se a distribuição equilibrada dos benefícios do poder (MOREIRA, 2018), evitando grandes ressentimentos que antes haviam levado o país a aventuras autoritárias.

Contudo, ao mesmo tempo em que a distribuição de benefícios entre um número amplo de *stakeholders* era o que conferia legitimidade ao modelo, era também o seu principal fator de vulnerabilidade. Pois o que chamamos de “benefícios”, nada mais eram do que partes da renda petrolífera.

O modelo *puntofijista* alcançou seu auge nos dez anos que sucederam o primeiro choque do petróleo, em 1973, surfando em uma alta histórica dos preços internacionais da *commodity*. Foi exatamente na área de rebentação da onda — com os preços do petróleo depreciando de US\$ 126,91, em junho de 1980, à US\$ 24,92, em março de 1986, em decorrência principalmente do abrandamento dos efeitos dos dois choques do petróleo (1973 e 1979) — que a sua insustentabilidade se fez evidente.

O fim do *boom* petrolífero foi prenunciado pelo *viernes negro*, em 18 de fevereiro de 1983, que lançou a Venezuela em uma crise econômica brutal.¹ Não poderia ser diferente, de acordo com Lins e Martins (2007), no momento do choque de 1973, 70,1% das receitas do país dependiam do petróleo. Logo, com os preços do petróleo

1 *Viernes negro* (sexta-feira negra) é como ficou conhecido o dia em que o bolívar sofreu uma violenta desvalorização cambial frente ao dólar.

altamente depreciados, não havia escapatória possível para a situação fiscal do país. Segundo Moreira (2018), a depreciação dos preços do petróleo diminuiu as receitas fiscais venezuelanas, por consequência as altíssimas dívidas contraídas nos anos de prosperidade não puderam ser honradas, e com isso os índices de empobrecimento da população só cresceram.

O esgotamento do modelo *puntofijista* não se explica somente por essa relação simplista com o preço do petróleo. Porém, todos os seus aspectos mantêm uma relação dialética com o rentismo petrolero, pois estavam simbioticamente ligados ao funcionamento do mecanismo de distribuição de benefícios oriundos dele. Como Moreira expõe, a implosão do modelo envolveu:

O esgotamento do sistema de representação centrado na hegemonia dos partidos tradicionais; o surgimento de novos atores políticos; e a deterioração econômica após o “milagre venezuelano” dos anos de 1970, que levou ao empobrecimento de amplos setores da população e à gradual frustração das expectativas de melhoria de vida (MOREIRA, 2018, p. 40).

Fatores claramente indissociáveis do modelo rentista acoplado à arquitetura política alicerçada em 1958.

Em razão da frustração social generalizada, uma série de revoltas de caráter popular tomaram conta do país a partir da década de 1980, transbordando para a década seguinte. A mais emblemática delas foi o *Caracazo*, ocorrida em 27 de janeiro de 1989, protagonizado pelos setores mais pobres da população Venezuelana (VILLA, 2005) em decorrência do aumento das tarifas de ônibus — que afetou o bolso das camadas urbanas menos abastadas —, e que acabou sendo respondida violentamente pelo Estado venezuelano (LIMA, 2014), deixando um rastro de mortes ainda a ser contabilizado.

Este cenário de intensa instabilidade e fragilidade social acabou por premiar novíssimos atores políticos, *outsiders* do sistema tradicional *puntofijista*. O principal deles, o então tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frias, tentou chegar ao poder primeiramente por um golpe militar em 1992, contra o então presidente Carlos Andrés Pérez, sem sucesso. Sua prisão fez-lhe nacionalmente conhecido, de modo que em determinado ponto havia se tornado o principal líder popular do país. A partir disso, não precisou mais mobilizar a força das armas para chegar ao poder, o voto popular lhe levou até Miraflores nas eleições nacionais de 1999, onde permaneceu por longos e turbulentos quatorze anos.

2. A Venezuela chavista: uma crise gestada

Rory Carroll (2013) em uma biografia sobre o líder venezuelano, cita um episódio extraordinário envolvendo Hugo Chávez, na iminência de ser empossado como presidente da Venezuela, e o escritor, prêmio Nobel de 1982, Gabriel García Márquez. O ano era 1999, ambos partiam em um voo de Havana para Caracas, e García Márquez havia sido incumbido da missão de traçar o perfil do jovem líder para uma revista colombiana. A conversa como um todo é digna de nota, mas o registro de García Márquez sobre a impressão geral daquela experiência foi profético:

Enquanto ele se retirava com seus guarda-costas, oficiais condecorados e amigos íntimos, fui tomado pelo sentimento de que acabara de viajar e ter uma conversa agradável com dois homens opostos. Um a quem os caprichos do destino deram a oportunidade de salvar seu país. O outro, um ilusionista que poderia entrar para os livros de história como apenas mais um déspota. (MÁRQUEZ, *apud* CAROL, 2013, p.13).

Não é nosso objetivo empreender uma análise circunscrita a figura de Hugo Rafael Chávez Frias, em caráter biográfico. O episódio supracitado serve apenas para assinalar a complexa personalidade do ex-presidente venezuelano, que a depender do observador — nas palavras do já mencionado biógrafo — pode ser retratado como tanto como “um herói, um demônio ou um palhaço” (CARROL, 2013).

O objetivo desta seção é identificar as continuidades e as discontinuidades concretas das estruturas político-econômicas do país na Era Chávez (1999-2013), e suas correlações com a mais recente crise da Venezuela. Partindo do pressuposto levantado na seção anterior de que a alta dependência do petróleo é o principal fator de vulnerabilidade da economia venezuelana, refletindo negativamente na sociedade e na política – e portanto traduzindo-se em crises de governabilidade.

Chávez, do ponto de vista político-institucional, representou uma ruptura com o modelo pactuado em *Punto Fijo* (MOREIRA 2018, VILLA, 2005). Para ele o *puntofijismo* se tratava de um modelo de funcionamento estatal rentista e clientelista a serviço de uma elite política permissiva com as concentrações de renda e de poder (BARROS, 2006).

Inicialmente, no plano retórico, Chávez propunha mudanças radicais nas estruturas do Estado e da economia Venezuelana. Ele reconhecia que o Estado venezuelano era profundamente dependente do petróleo, e já em seu programa de governo expunha a necessidade urgente de superar essa dependência mediante o

desenvolvimento de vantagens comparativas, diversificando a estrutura produtiva do país (MOREIRA, 2018; BARROS, 2006).

Parte de suas intenções foram expostas no Programa Econômico de Transição 1999-2000. Dentre algumas medidas de caráter setorial empreendidas por meio do programa podemos citar: a defesa dos preços do petróleo, viabilizada por uma articulação entre os membros da OPEP voltado para o controle de oferta do insumo, e protagonizada por Chávez; de fomento da atividade agrícola; e de fortalecimento da atividade industrial do país, priorizando as pequenas e médias indústrias (BCV, 2013). É importante sublinhar que a concepção e a execução desse programa se deu em um contexto de “restricionismo ortodoxo”, com pouco espaço de manobra para medidas mais radicais por parte de Hugo Chávez devido à presença ainda expressiva da elite *puntofijista* na máquina estatal, à base de apoio restrita que possuía no legislativo e à desfavorável situação de endividamento externo do país.

No geral, o balanço dos primeiros anos foi razoável. De acordo com Barros (2006), o PIB que acumulava 5% de queda entre 1998 e 1999, cresceu a uma taxa média de 3,5% em 2000 e em 2001; os gastos em educação que em 1998 representavam 3,2% do PIB chegaram a 4,7% em 2001; a formalização laboral que era de 46% em 1999 alcançou os 50% em 2001. Em contrapartida, os investimentos em infraestrutura não apresentaram aumentos expressivos, e o serviço da dívida pública cresceu de 5,1% a 6,1% entre 1998 e 2001.

Ao se analisar o período 2000-2010, marcado pelas sucessivas vitórias de partidos de esquerda de diferentes vertentes em toda a América Latina — fenômeno que ficou conhecido enquanto “onda rosa” —, constata-se que a Venezuela se inseriu em um quadro geral de bem-estar econômico. No referido período, observou-se não só o crescimento da renda dos cidadãos, mas também a redução das desigualdades e das taxas de pobreza na região (OSÓRIO, 2013).

Osório (2013) ao analisar dados do Banco Mundial, expõe que no caso específico da Venezuela, a RNB *per capita* em PPC, entre 2000 e 2010, foi de US\$ 8.300 para US\$ 12.000, apresentando um crescimento anual médio de 3,6% desses indicadores. Positivo, mas abaixo da média de 4,9% da região. Quanto à desigualdade, de acordo com o coeficiente de Gini, a Venezuela saiu dos 47,2 pontos para os 44,7 entre 2001 e 2010, com uma redução média anual de 1% no índice de desigualdade, acima da média de 0,89% da região.

Por último, vale apresentar os movimentos dos índices de pobreza extrema. A Venezuela observou a porcentagem de sua população em situação de pobreza extrema decrescer de 9,5%, em 2001, a 6,6%, em 2010 (OSÓRIO, 2013). Com

uma redução média anual de 7% no período analisado. Contudo, é necessário que se contemple os deslocamentos sociais e políticos subjacentes, pois os números tendem a dissimular uma substância sócio-política efervescente e potencialmente desestabilizadora.

Os resultados positivos apresentados foram consequência direta de amplas políticas sociais promovidas pelo regime chavista. Inicialmente, devido ao reduzido espaço de manobra política e institucional que Chávez possuía, políticas redistributivas mais arrojadas estavam fora da ordem do dia. Mas com a aprovação popular da nova constituição do país, em novembro de 1999 — manobra operada politicamente pelo próprio Chávez — os ventos se tornassem favoráveis as suas aventuras:

Em comparação com a Constituição de 1961, a nova Carta ampliou e fortaleceu os poderes do presidente da república, que passou a ter um mandato de seis anos, com possibilidade de reeleição por um período adicional (na Constituição de 1961, o mandato era de cinco anos, sem reeleição). O chefe de Estado e de governo teria, portanto, um horizonte de poder de doze anos, em comparação com os cinco anos previstos anteriormente. Mais tarde, outro referendo popular realizado em 15 de fevereiro de 2009 eliminaria limites para reeleições sucessivas e consolidaria a figura do presidente como a principal instituição do Estado (MOREIRA, 2018, p. 59).

Além disso, o executivo adquiriu um controle maior sobre as Forças Armadas, politizando estruturalmente a instituição, e ampliou enormemente sua base aliada no Parlamento nas eleições de julho de 2000.

Os amplos poderes do presidente assustaram a oposição, que não demorou muito a reagir. Após uma frustrada tentativa de golpe em 2002, por parte dos setores patronais a frente da Federação de Câmaras de Comércio e Produção — *FEDECÁMARAS* e da Petróleos de Venezuela S. A. — PDVSA — que chegou a alijar Chávez do poder por 48 horas — a legitimidade do tenente-coronel ante as classes populares apenas se consolidou, para prejuízo da imagem de uma oposição agora vista enquanto golpista e associada fortemente ao passado *puntofijista*.

Com Chávez desfrutando dessa ambiência favorável, não demorou muito para que comesse a executar movimentos mais ousados. Entre 2002 e 2003, iniciou as *misiones*, planos sociais voltados para atender certas necessidades básicas de setores da classe baixa e da classe média-baixa (VILLA, 2005). As *misiones* envolviam programas de saúde básica, venda de cestas básicas com preços subsidiados e distribuição gratuita de alimentos para indivíduos em situação de miserabilidade, programa de alfabetização, reingresso e estímulo à educação superior.

Programas redistributivos e assistencialistas demandam um nível substancial de recursos. Para viabilizá-los criaram-se fundos de investimentos, como o Fundo de Desenvolvimento Nacional – FONDEN (MOREIRA, 2018) e o Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País – FONDESPA (BARROS, 2006). A nova Lei de Hidrocarbonetos, criada a partir de um mecanismo incluído na nova constituição que permitia o presidente legislar, permitiu que Chávez detivesse mais controle sobre o setor petroquímico venezuelano, viabilizando essas estratégias.

Ambos os fundos captavam recursos diretamente das reservas internacionais do Banco Central da Venezuela e da PDVSA. De acordo com Moreira (2018), entre 2005 e 2011, somando os recursos obtidos somente da PDVSA, o montante estimado é da ordem dos US\$ 42,3 bilhões, tudo isso em um contexto de baixíssima eficácia dos instrumentos de supervisão, de fiscalização e de transparência.

Se a vida estava melhor para os mais pobres, imagine para os amigos do comandante, os *boligarvas*, como eram chamados os membros da nova elite política: uma fusão entre bolivarianista e oligarca. Segundo Carrol estes:

Compravam utilitários, apartamentos duplex, engenhocas eletrônicas, iates. Alugavam o antigo Hilton [...] na Ilha Margarita, para aniversários e casamentos. Para festas em Caracas, alugavam a Quinta Esmeralda, um salão de banquetes em falso estilo rústico que cobrava 300 mil dólares por recepção e tinha reservas para o ano inteiro [...] Tudo isso regado a muito uísque importado (CARROL, 2013, p. 121).

O fato é que a dependência da renda oriunda do petróleo nunca foi superada. A Venezuela, como boa parte dos países latino-americanos entre 2003 e 2008, foi favorecida por uma altíssima demanda internacional de seu produto primário principal, período que ficou conhecido como *boom das commodities* (2000-2014), alavancado principalmente pelas importações chinesas.

As mudanças socioeconômicas apresentadas mantiveram-se umbilicalmente ligadas com a renda petroleira. Bem como, fragilidades históricas se mantiveram, como a péssima relação do país com a inflação. A renda do petróleo continuou servindo de suporte para ampliação da base monetária a serviço da dívida no país: em um ambiente de alta demanda agregada, fugir da inflação de dois dígitos não foi possível. Segundo Lins e Martins (2007), o crescimento de dois dígitos observado entre 2003 e 2008, acabou sendo distorcido pela inflação no mesmo período, o que indica o quão efêmera era a prosperidade que se vivia.

Das doze economias latino-americanas estudadas por Osório (2013), a Venezuela foi a única que não apresentou sinais de recuperação nos dois anos posteriores após a crise financeira internacional de 2008.

Em 2010, a política de preços administrados (medida adotada pelo governo para dissimular o perfil da inflação no país frente aos consumidores, em grande parte envolvendo subsídios estatais oriundos da renda petroleira) se mostrou evidentemente contraproducente. Os preços ao consumidor aumentaram 27% e continuam crescendo no ano seguinte. Em 2011, os preços dos alimentos já eram nove vezes maiores do que eram no início do controle (MEDIEVAL, 2011).

No ano da morte de Hugo Chávez, 2013, a Venezuela já era a economia mais disfuncional da América Latina (CORRALES, 2013). Ainda segundo Corrales (2013), dois movimentos contrários ocorriam na Venezuela a essa altura: o primeiro diz respeito aos níveis de reserva e aos preços de exportação, que encontravam-se em altas históricas; e, o segundo, corresponde ao declínio do nível de produtividade do setor, a ponto do país ter de começar a importar gasolina, um artigo historicamente abundante na Venezuela.

3. A crise sob Maduro: aprofundamento e repercussões

Nicolás Maduro Moros galgou à presidência da república sob uma série de inconsistências legais, que de imediato colocaram sob suspeita sua legitimidade. Afinal, como Bastos e Obregón (2018) explicam, segundo a constituição do país seriam necessárias novas eleições trinta dias após a morte do presidente, não só isso: o fato do presidente eleito não ter chegado a tomar posse impediria a interinidade do vice-presidente, estando o exercício do executivo sob responsabilidade do presidente da Assembleia Nacional até a realização de novas eleições.

Contrariando todas as disposições constitucionais, Maduro permaneceu onde estava, um lugar, diga-se de passagem, pouquíssimo agradável. Em 2013, as condições materiais da Venezuela não eram nada salutares, faltavam produtos básicos de subsistência nas gôndolas dos supermercados, o setor elétrico estava em crise, a inflação cada vez mais aguda, o câmbio desvalorizado, o PIB em decadência, os lucros do setor privado sendo limitados por decreto e uma quantidade cada vez maior de preços sendo controlados pelo governo (BASTOS, OBREGÓN, 2018). Porém isto era apenas o esboço da tragédia.

Os autores ainda salientam que o avanço cada vez mais agressivo por parte do regime sobre iniciativa privada fez com que os setores não petrolíferos da economia assumissem uma postura combativa. Os boicotes por parte do empresariado agravaram as condições gerais de vida da população e a economia como um todo, lançando o país em uma dependência progressivamente maior da atividade petroleira,

portanto mais frágil às oscilações dos preços internacionais da *commodity*: no ano de 2014, o petróleo cru representou 82,9% das exportações venezuelanas, segundo dados do *The Observatory of Economic Complexity*.

O ano de 2014 é um marco fundamental para compreender os aspectos econômicos da crise venezuelana. O preço do barril de petróleo, que em janeiro era negociado a US\$ 108,51, chegou a US\$ 59,02 em dezembro. Uma análise da *The Economist* à época elencou quatro componentes da depreciação brusca do preço do petróleo naquele ano:

Quatro coisas estão afetando o cenário. A demanda está baixa devido à fraca atividade econômica, ao aumento da eficiência e a uma mudança crescente do petróleo para outros combustíveis. Em segundo lugar, a turbulência no Iraque e na Líbia – dois grandes produtores de petróleo, que juntos produzem quase 4 milhões de barris por dia – não afetou sua produção. O mercado está mais otimista quanto ao risco geopolítico. Em terceiro lugar, a América se tornou o maior produtor mundial de petróleo. Embora não exporte petróleo bruto, agora importa muito menos, criando uma grande oferta sobressalente. Finalmente, os sauditas e seus aliados do Golfo decidiram não sacrificar sua própria participação de mercado para restaurar os preços. Eles poderiam reduzir drasticamente a produção, mas os principais benefícios iriam para países que eles detestam, como Irã e Rússia. (THE ECONOMIST, 2014, tradução nossa).

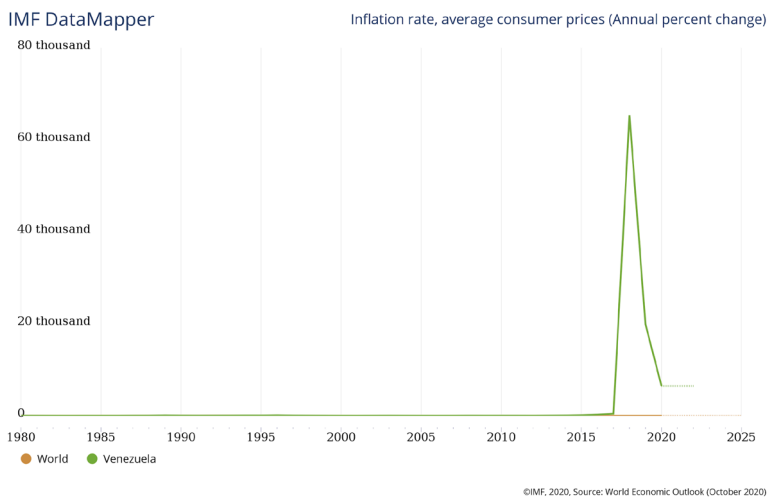
Impasses dentro das negociações da OPEP em novembro de 2014 também acabaram por prejudicar os acordos de restrição da produção, capazes de deprimir a oferta, equilibrando com isso os preços no mercado internacional (THE ECONOMIST, 2014). O resultado foi uma queda vertiginosa dos preços do petróleo cru, principal item de exportação da Venezuela.

Porém nada parecia ser dramático demais para o governo venezuelano. A conduta político-econômica anti-estratégica continuou. As forças de mercado permaneceram sob forte controle do governo, que controlava preços e limitava lucros, e que em última instância não vislumbrou outra saída senão um recrudescimento de uma retórica revolucionária e de uma postura cada vez mais autoritária, que por sua vez não possuíam lastro algum com as condições materiais do país. Em outras palavras, o que restou foi a manutenção de uma estrutura produtiva disfuncional subjacente a um discurso político apelativo.

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, a inflação, que já atingia os dramáticos 62,2% no ano de 2014, chegou aos 121,7% em 2015, explodindo para os inacreditáveis 65.370.000% em 2018. Os preços ao consumidor aumentaram 1400%

em 2016, o Bolívar perdeu 98% do seu valor entre 2013 e 2016 e o trabalhador venezuelano precisava trabalhar em média quarenta horas para comprar 1 kg de açúcar (SANTOS, 2017).

Tabela 2 — Hiperinflação na Venezuela



Fonte: Fundo Monetário Internacional.

O mal-estar generalizado na sociedade venezuelana repercutiu no resultado das eleições parlamentares de 2015. A Mesa da Unidade Democrática, uma ampla frente de oposição, conquistou 112 cadeiras na Assembleia nacional, contra os 51 assentos conquistados pela situação (PSUV). O poder Eleitoral da Venezuela (que possui mais dois outros poderes além dos tradicionais Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo um o Eleitoral e o outro o Cidadão),² acabou por suspender esse resultado alegando irregularidades. Obviamente isso só serviu para agravar a insatisfação da oposição e das massas descontentes, bem como levar o país a um nível crítico de governabilidade sem precedentes.

Os preços internacionais do petróleo, porém, não foram os únicos fatores exógenos a dificultar a vida do regime. Em 2016, Donald J. Trump saiu vitorioso da corrida presidencial americana, prometendo endurecer o cerco contra Nicolás

2 O Poder Cidadão foi criado a princípio para operar um arranjo institucional capaz de inibir a corrupção no país, já o Poder Eleitoral é a autoridade máxima do país no que concerne à resolução de conflitos em processos eleitorais.

Maduro. Vale ressaltar que as relações entre EUA e Venezuela, desde a vitória de Hugo Chávez, nunca foram amigáveis. Em um episódio emblemático, Chávez chegou a comparar o então presidente americano George W. Bush ao diabo. Em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006, proferiu: “Ontem o diabo esteve aqui, neste mesmo lugar. Esta mesa de onde tenho de me pronunciar ainda cheira a enxofre!”.

A materialização do endurecimento contra o regime chavista, por parte da administração Trump, se deu principalmente por meio de sanções econômicas. Weisbrot e Sachs (2019) oferecem uma perspectiva consistente a respeito dos desdobramentos das mesmas: as primeiras, de agosto de 2017, tornaram proibitivas as contrações de empréstimos por parte do governo venezuelano no mercado financeiro americano, inviabilizando a reestruturação da dívida externa do país e colapsando a produção de petróleo daquele ano, em decorrência da falta de crédito necessária para cobrir os custos operacionais e realizar novos investimentos na indústria petrolífera nacional.

Já as segundas, de janeiro de 2019, vetaram a venda de petróleo venezuelano para os EUA, fazendo com que as importações americanas da *commodity* chegassem a zero em março. No ano anterior, os EUA haviam sido responsáveis por mais de 1/3 das exportações de petróleo venezuelano, depois das sanções as receitas de exportação do petróleo caíram 67,2% em relação a 2018.

Para Weisbrot e Sachs (2019), o ônus das sanções americanas recaíram mais sobre a população civil do que sobre o governo, mostrando-se tragicamente contraproducentes. Para *policymakers* importantes, como por exemplo John Bolton (2020), conselheiro de Segurança Nacional dos EUA à época, a tática de sanções econômicas eram uma escolha “natural”. De todo modo, os constrangimentos externos e internos ao regime resultaram em uma deterioração dos meios de vida da população.

O país observou os índices de tráfico humano e sexual explodirem e a violência se tornar uma das mais endêmicas do planeta (JOHN, 2019). De acordo com dados da UNICEF a taxa de mortalidade infantil cresceu de 17,6 por mil nascimentos em 2013, para 24,2 por mil em 2018. Em 2017, 73 venezuelanos morriam de morte violenta por dia no país, acumulando uma taxa de 89 homicídios por 100 mil habitantes — El Salvador, país conhecido por seus altos índices de homicídio, acumulou no mesmo período 60,7 homicídios por 100 mil habitantes (OSAC, 2018). Ainda em 2017, o país observou a sua população perder em média 11 quilos ao longo

do ano, em decorrência da escassez de comida e dos seus altos preços (SEQUERA, 2018), algo que se traduziu em episódios da mais profunda indignidade, com a população tendo que recorrer ao lixo para se alimentar.

Em 2018, Nicolás Maduro conseguiu se reeleger mesmo diante de um cenário de descontentamento, o que fez com que a oposição e alguns atores da comunidade internacional contestassem os resultados sob suspeita de fraude. A resposta da oposição foi a mais atrapalhada: no dia 23 de janeiro de 2019, Juan Guaidó, do partido *Voluntad Popular*, se autoproclamou presidente interino da Venezuela, baseado no art. 233 da Constituição Venezuelana, que expõe que na falta absoluta do presidente – em caso de renúncia, destituição decretada pelo *Tribunal Supremo de Justicia de la República Bolivariana de Venezuela* (TSJ), morte, incapacidade física ou mental permanente – a presidência da República fica sob interinidade do presidente da Assembleia, que por sua vez é obrigado a convocar novas eleições o mais rápido possível.

Guaidó foi prontamente reconhecido pelo governo americano, o que não era algo novo na história venezuelana: durante a tentativa de golpe de estado em 2002, na qual Hugo Chávez foi sequestrado, o presidente da Fedecámaras, Pedro Carmona, foi nomeado presidente da Venezuela e prontamente reconhecido pelo governo Bush. Logo no quinto mês após a autoproclamação de Guaidó já era perceptível que a oposição voltava a perder fôlego.

Nesse ínterim, entre 2016 e 2021, a Venezuela produziu mais de 5.6 milhões de refugiados,³ superando os números da Síria e deslocando o eixo da crise migratória global da Europa para a América do Sul. Mais 5.6 milhões de pessoas: mulheres, homens e crianças; de todas as cores, idades, gêneros, religiões e condição social, que esmagadas entre uma situação autoritária e corrupta e uma oposição golpista, incompetente e desarticulada – ambas com os pés fincados em um chão histórico que mais se assemelha a um cadafalso – foram obrigadas a fugir, mas não só, talvez mais dramaticamente ainda: desistir de seu país.

Conclusão

Entendemos que a tragédia bolivariana trata-se de uma tragédia rentista revisitada. O que diferencia esta de todas as outras é o seu conteúdo ideológico, que acabou por impor um duplo constrangimento à Venezuela dentro de uma ordem

3 Dados referentes ao dia 5 de março de 2021, de acordo com a plataforma R4V. Disponível em: [Situación Respuesta a los Venezolanos \(r4v.info\)](https://www.r4v.info/).

internacional liberal. Seria o drama venezuelano a crônica de uma crise anunciada, portanto? Demandaria uma boa dose de desonestidade intelectual para tecer tal afirmação. O fato é que as disfuncionalidades do Estado venezuelano, alicerçado no rentismo petrolífero, já eram percebidas por observadores atentos – que deram a “sorte” de no futuro verem confirmados seus maus presságios.

A Venezuela em crise sob Nicolás Maduro converteu-se em um espantinho ideológico, em uma caricatura. A tendência geral do entendimento sobre a tragédia do país deriva hoje das marcas deixadas pelo bolivarianismo. O que buscamos reiterar com nossa contribuição é a necessidade de um olhar mais atento e demorado das tecnologias rentistas sobre as quais o Estado venezuelano está involucrado, anteriores, vale sublinhar, a aventura bolivarianista. Isto é: a reflexão sobre a crise venezuelana impõe a tarefa de prestigiar estruturas que superaram o processo histórico iniciado por Hugo Chávez Frías, hoje protagonizado por Nicolás Maduro.

Isso não se trata de eximir os atores da atual conjuntura de parte da responsabilidade pela prostração do país caribenho. Afinal, o estilo bolivariano de governar, que perpassou a reciclagem do aparato rentista do Estado e o reaparelhamento deste por parte de uma elite “revolucionária” que logo se acomodou aos aconchegos do poder, não foi capaz de superar a condição estrutural que já havia levado o país à crise. Trata-se de incentivar uma leitura mais extensiva da crise atual, capaz de subsidiar ações mais efetivas face a uma complexidade que transborda o momento histórico presente.

Referências Bibliográficas

BARROS, P. S. Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, vol. 2, p. 209 - 237, 2006.

BASTOS, J. P. B.; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em Crise: o que mudou com Maduro? *Derecho y Cambio Social*, 2018.

BEATTIE, A. *Falsa Economia, uma surpreendente história econômica do mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOLTON, J. *The Room Where It Happened: A White House Memoir*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2020.

CARROL, R. *Comandante: A Venezuela de Hugo Chávez*. São Paulo: Intrínseca, 1ª edição, 2013.

CORONIL, F. *El Estado Mágico: Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Editorial Alfa, 2016.

CORRALES, J. The House That Chávez Built. *Foreign Policy*, Washington D.C, 2013. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2011/08/20/medieval-policies>. Acesso em 14 nov. 2020.

JOHN, M. Venezuelan economic crisis: crossing Latin American and Caribbean borders. *Migration and Development*, vol. 8, nº. 3, 437–447, 2019.

LIMA, A. M. *Perspectivas da Política Petroléira Venezuelana no Cenário Internacional*. Monografia (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Roraima. Roraima, 2014.

LIMA, M. A. P. A Teoria da Maldição dos Recursos Naturais e a Nova Agenda de Pesquisa. Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI, Anais do 3º *Encontro Nacional da ABRI*, São Paulo, 2011.

LINS, E.; MARTINS, S. *Preço de commodities e política macroeconômica: As experiências de Chile e Venezuela*. Monografia (Graduação) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MEDIEVAL policies, another step forward from Hugo Chávez. *The Economist*, Londres, 2011. Disponível: <https://www.economist.com/the-americas/2011/08/20/medieval-policies>. Acesso em 14 nov. 2020.

MOREIRA, G. B. *A Política Regional da Venezuela entre 1999 e 2012*. Brasília: FUNAG, 2018.

NRGI – NATURAL RESOURCE GOVERNANCE INSTITUTE. *The Resource Course, the Political and Economic Challenges of Natural Resource Wealth*. NRG Reader, 2015.

OSAC – OVERSEAS SECURITY ADVISORY COUNCIL. Venezuela 2019 Crime & Safety Report. *Country Security Report*, 2018. Disponível em: <https://www.osac.gov/Content/Report/cf40a950-40e4-4787-8084-15f4ae5d91d7>. Acesso em 22 nov. 2020.

OSÓRIO, R. G. Bem-Estar, Desigualdade, e Pobreza em 12 Países da América Latina. *Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas*, Brasília, 2013.

SALMERÓN, V. *Petróleo y desmadre: de la Gran Venezuela a la Revolución Bolivariana*. Caracas: Editorial Alfa, 2013.

SANTOS, M. A. Venezuela: Running on Empty. *Dabates: Venezuela, Latin American Studies Association Forum*, vol. 48, 2017.

SEQUERA, V. Venezuelans report big weight losses in 2017 as hunger hits. *Reuters, Healthcare & Pharma*, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-food-idUSKCN1G52HA>. Acesso em 22 nov. 2020.

VILLA, R. D. Venezuela: Mudanças Políticas na Era Chávez. *Estudos Avançados*, vol. 55, nº 19, 2005.

WEISBROT, M.; SACHS, J. *Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela*. Center for Economic and Policy Research, Washington D.C, 2019.

WHY THE OIL price is falling. *The Economist*, Londres, 2014. Disponível em: <https://www.economist.com/the-economist-explains/2014/12/08/why-the-oil-price-is-falling>. Acesso em 18 nov. 2020.

